



PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
DEOCLECIANO ELIAS
DE QUEIROGA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR DEOCLECIANO ELIAS DE QUEIROGA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

Deocleciano Elias de Queiroga nasceu em 02/01/1938, no município de Sousa, Estado da Paraíba, distante 438 km da capital João Pessoa. Antes de concluir o bacharelado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 1962, foi seminarista do Seminário Arquidiocesano da Paraíba, local de conclusão do curso de humanidades, equivalente ao ensino fundamental e ao primeiro ano do ensino médio. A conclusão do segundo grau efetivou-se nos colégios Pio XI de Campina Grande/PB e Carneiro Leão em Recife/PE. Anteriormente à graduação em Direito, inicia atividade profissional no ano de 1958 junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DNER, no Rio de Janeiro. Na então capital da República, o entrevistado cursou seu primeiro ano da faculdade de direito, na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Em 1959, transfere-se para Recife, local de continuidade

e conclusão do curso de Direito. Após a formatura, retorna a sua cidade natal, e ali inicia o exercício da atividade advocatícia. No final da década de 60, muda-se para a cidade de Anápolis/GO. Em 1969 inicia o curso de pós-graduação stricto sensu em Direito Penal junto à Universidade Federal de Goiás – UFG. No ano de 1970, é aprovado em concurso público para o cargo Juiz de Direito do Estado de Goiás. Em janeiro de 1976 assume o cargo de Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal, após aprovação, em 1º lugar, no VI Concurso para magistratura local. Em 11/11/1977, é promovido a Juiz de Direito e, em 27/09/1990, nova promoção o leva para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Entre os anos de 1988/1990 integrou, como juiz de direito, a composição do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. A aposentadoria ocorre em 01/11/1994. No correr de suas atividades profissionais, o biografado lecionou, em colégios diversos, as disciplinas de Latim, Português e Francês. Na área jurídica, foi titular da cadeira de Direito Penal da Faculdade de Direito de Anápolis/GO

– FADA. Durante o exercício da magistratura, participou de vários congressos jurídicos, promovidos pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Já aposentado, tornou-se Diretor da Escola Superior de Magistratura do Distrito Federal, função exercida por breve lapso temporal. No período compreendido entre 2003 e 2006 integrou, na qualidade de Conselheiro Titular, a Comissão de Anistia, órgão de assessoramento direto do Ministro de Estado da Justiça, na apreciação dos casos de perseguição política ocorridos durante a Ditadura Militar, em seus diversos governos. Ao final desta colaboração profissional “pro bono” recebeu do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o Certificado de Serviço Público Relevante pelo trabalho em favor do país. Foi agraciado com vários títulos honoríficos, tais como: 1) Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, em 11/08/1992; 2) Ordem do Mérito Brasília, no grau de Comendador, outorgada pelo Governo do Distrito Federal, em 23/04/1993; 3) Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e Territórios, no grau de Grã-Cruz, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, em 21/03/2000; 4) Medalha do Mérito Eleitoral, na classe de Jurista, outorgada pelo Tribunal Eleitoral do Distrito Federal – TRE/DF, no dia 26/09/2001.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Uma das primeiras perguntas que me animavam era saber como o colega, que é da Paraíba, nascido na Paraíba, educado na Paraíba, fez o seu curso de Direito – salvo engano em Pernambuco – veio para Goiás e de Goiás para Brasília. Conte-nos um pouco dessa história. Como você ‘acabou’ em Brasília?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Em primeiro lugar quero dizer ao ilustre colega que me sinto muito honrado em estar, neste momento, colaborando para a Memória da própria Instituição, da história da Instituição. Na verdade, como Vossa Excelência disse, sou da Paraíba, fui seminarista na Paraíba, no Seminário Menor da Paraíba; vesti batina, e a nossa formação naquela época de seminarista tendia mais para Filosofia e Letras. Daí o porquê eu sempre tive uma visão, dentro do contexto das disciplinas que eram exigidas, ou que compunham o curso no Seminário (que naquele tempo não era nem primário nem ginásial) era curso de humanidades, com duração seis anos. No Seminário, tendo sido escolhido por meu bispo para ir para Roma para fazer o curso de Filosofia em Roma, senti uma carga muito grande sobre mim, porque eu não tinha certeza que seria padre. Tratava-se de uma Diocese pobre e, se eu fosse, talvez seria pressionado a voltar padre sem ter a vocação que era necessária para o sacerdócio.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Há vários casos desses, inclusive aqui na nossa Justiça.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eu desisti então de ir. Discuti isso com meu diretor espiritual na época durante longos meses e vi que o meu destino não seria o sacerdócio. Saí do Seminário e fui para Campina Grande/PB, onde tive a acolhida de um cunhado que já morava lá. Minha mãe ficou doente quando soube que eu deixaria o Seminário. Nesta oportunidade ingressei no magistério, no Colégio Pio XI, pois trazia uma carta de

recomendação do meu reitor do Seminário, endereçada ao diretor daquele estabelecimento educacional para que eu fosse aproveitado como professor de Latim, Francês ou Português. Ali também cursei o segundo ano do ensino médio. Naquela época já se falava em científico e em clássico. O quinto ano de humanidades no Seminário correspondia ao primeiro ano clássico. Nesse convívio em Campina Grande, mais ainda despertou a minha tendência para procurar um curso de Direito futuramente.

Então, fui para Recife, como professor de cursinho preparatório para o vestibular (período em que concluí o terceiro ano clássico no Colégio Carneiro Leão). Neste ínterim meu pai providenciara um emprego para mim no Rio de Janeiro. Por isso, não fiz o vestibular em Recife. Fiz vestibular no Rio, numa faculdade particular, porque os meus documentos não foram aceitos (em razão da diferença entre as grades escolares do curso clássico e do curso de humanidades) nem pela Faculdade Nacional de Direito, nem pela famosa Escola do Catete (que hoje é a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ).

Ingressei na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, que ficava no Campo de Santana, em frente à Nacional. Mas só fiz o primeiro ano naquela faculdade particular, porque não me adaptei à vida no Rio de Janeiro e ao meu emprego no DNER. A sede do Órgão ficava no quilometro 47 da Via Dutra, portanto muito distante. Então, terminado o primeiro ano do curso jurídico, providenciei meu retorno para Recife. Não tive nenhuma dificuldade para matrícula na

Faculdade de Direito, na época denominada de Faculdade de Direito do Recife (UFPE), antigamente designada de Faculdade de Direito de Olinda e Recife.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

(Faculdade) de muita tradição.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Sim. A Faculdade de Direito de Recife fora fundada por Dom Pedro I, juntamente com a Escola de Direito de São Paulo (Escola do Largo de São Francisco – USP), em 11/08/1827. Em Recife fiz o curso de Direito a partir do segundo ano, e minha turma foi a de 1962. Nesse período, cheguei a concorrer a uma bolsa de estudos da SUDENE¹, cujo superintendente era Celso Furtado², que queria selecionar uma turma da área de Direito ou de Economia para servir a SUDENE (a seleção em comento destinava-se a escolha de bacharéis da área jurídica e econômica, admitida a inscrição dos estudantes do último ano desses cursos, meu caso). Fui aprovado na seleção que disponibilizava apenas dez vagas, após exaustivas entrevistas e apresentação de monografia (tema: “Aspectos Institucionais da Agricultura no Nordeste”). Contudo, não assumi o cargo em decorrência de uma solicitação de meu pai, que disse: “Olha, eu preciso de você. De médico eu não necessito (tinha dois filhos médicos) porque tenho

1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

2 Economista paraibano e um dos maiores intelectuais brasileiros. É autor de Formação Econômica do Brasil e um dos fundadores da SUDENE. Faleceu em 2004, aos 84 anos.

muita saúde". Ele tinha duas questões, dois litígios, e estava esperando por mim e eu fui advogar, sem experiência nenhuma, só com as teorias da Faculdade de Direito.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Em Campina (Grande)?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Não. No sertão da Paraíba. A minha Faculdade exigia muito. Não só pela tradição, como pelo corpo de professores que era escolhido com muito cuidado, todos faziam exame de cátedra. Assisti algumas defesas dessas, inclusive do meu professor de Direito Penal, Rui da Costa Antunes, que teria sido monitor de Aníbal Bruno³. Imagine a autoridade.

Fiquei em Sousa durante quatro anos até resolver todas as pendências jurídicas ou litigiosas de meu pai. Quando terminei, eu perguntei: "Pai, o senhor está satisfeito?" Agora vou cuidar da minha vida.

Eu tinha perdido a oportunidade de ir para SUDENE. Mas o Celso Furtado, o superintendente, quando coloquei a questão para ele, disse-me: "Não, a SUDENE vai existir sempre. Vá atender a seu pai. A sua vaga ficará garantida. Quando você vier, nós faremos o possível para aproveitá-lo". Contudo, quando resolvi as pendências do meu pai, já havia ocorrido o Golpe Militar e o Celso Furtado não era mais superintendente do órgão. A turma aprovada foi estudar na Sorbonne⁴. Fazer um curso na Sorbonne. Eu perdi essa oportunidade.

³ Aníbal Bruno de Oliveira Firmo, renomado jurista brasileiro nascido em Pernambuco.

⁴ Universidade Paris-Sorbonne.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Como você foi para Goiás ser Juiz?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Fui para Goiás pelo seguinte, era advogado e pertencia a um grupo político e tinha ambições até políticas porque os que deram apoio a meu pai para me convencer a ir para Sousa⁵, esse grupo me assegurava que teria lugar em uma possível eleição de Deputado Estadual, etc. Mas, veio o golpe militar e essa oportunidade também foi embora. De repente, eu me senti um advogado com bastantes causas, porque nos palanques de comício o chefe político dizia: "Vai falar o advogado dos pobres". Eu dizia: "Não faça isso!" No outro dia, minha porta estava cheia de gente procurando o "advogado dos pobres". Fiquei ainda dois ou mais anos em Sousa. Eu tinha uma irmã, casada, em Anápolis e a tinha visitado, quando ainda estudante, e gostei muito da cidade, fiz amizade. Nesse tempo, eu era rotariano e freqüentei o Rotary Clube de Anápolis, que era clube único (hoje existem dois ou três clubes). O companheiro rotariano que ostentava a mesma classificação que eu (Direito-Advocacia Civil), convidou-me para trabalharmos juntos. Então, no ano de 1968, quando saí de Sousa fui com endereço certo para advogar em Anápolis.

Fiquei advogando no escritório com ele. Noivei em Anápolis, casei em Anápolis, e advocacia não estava atendendo às minhas perspectivas de futuro. Não me garantia tranquilidade. Surgiu o concurso de Juiz de Direito

⁵ Município do estado da Paraíba, cerca de 438 km da capital João Pessoa.

em Goiás e a este me submeti. Casei em janeiro de 1970 e fiz o concurso em abril do mesmo ano. Fui aprovado. Exerci a magistratura em Goiás durante quase seis anos.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

A primeira designação foi para que cidade?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Cavalcante, no nordeste de Goiás. Distante aqui de Brasília em torno de 400 km.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Era pequena na época?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Era uma cidade pequena. Para você ter ideia, todos os processos em curso cabiam em cima do meu bureau. A estrutura da comarca me fez pensar no concurso para a magistratura do Distrito Federal, pois, precisaria de um local mais adequado para a criação e educação de minha filha (na época apenas a primogênita Alessandra Elias de Queiroga era nascida).

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Você já tinha casado, mas não tinha filhos?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Não. Já era casado e tinha a primeira filha, que hoje é Promotora de Justiça em Brasília. Casei em 1970 e minha primo-

gênita nasceu em novembro de 1971. Então, durante o meu tempo em Cavalcante pensei muito nela e nos filhos que viessem: como eu iria criar meus filhos fazendo “pé de comarcas” do interior, sem estrutura nenhuma? E, a partir de 1973/1974, já procurei me inscrever no concurso de Brasília. O concurso realizou-se na segunda metade de 1974 e foi concluído em 1975.

Fui nomeado Juiz Substituto por ato do Presidente da República, na época o General Geisel⁶, em 30/12/1975. Tomei posse aqui. Na minha turma foram aprovados dezesseis e nossa posse coletiva foi realizada, em 21 de janeiro de 1976. Então começou a minha história de Juiz na capital da República.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Está bem contada a história, esse périplo Paraíba, Goiás, interior de Goiás, mas já pensando em Brasília.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Meu foco era Brasília.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Não só por razões pessoais...

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Exatamente. Eu conheci Brasília no ano da inauguração, minha primeira vinda aqui. Na época ainda estudante de direito, vi na capital a grande promessa de futuro,

6 Presidente do Brasil de 1974 a 1979, durante o regime militar.

e esse novo horizonte tornou-se o meu foco na busca de realização.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Quando você tomou posse já estava aqui nesse Bloco A?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Já nesse bloco. Havia o prédio do Tribunal e tomei posse aqui.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E o seguinte, algumas pessoas chegaram a trabalhar lá no Bloco Ó.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu trabalhei lá como Promotor. Aqui, já como juiz. Mas, o certo é que aquela foi uma época de muito sacrifício. Éramos poucos. O número de processos não era pequeno, não. Não era como hoje, mas em número relativo era bastante. E os conflitos de interesse realmente nunca diminuem. Eles são uma fábrica de problema. O que é da natureza humana. Mas sua primeira designação foi para que Vara?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Minha primeira designação foi para a 3ª Vara Criminal, cujo titular era Carlos Augusto Pingret de Carvalho.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Você gostava da área criminal?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Claro. Em Anápolis, fui professor de Direito Penal. Cheguei a ser professor-fundador da Faculdade de Direito Evangélica – FADA, atualmente, denominada de

Uni-Evangélica. Particpei inclusive da organização do primeiro vestibular desta faculdade. Neste período, antes de prestar concurso para a magistratura goiana, fiz pós-graduação na matéria perante a Universidade Federal de Goiás.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Quantas Varas Criminais nós tínhamos em Brasília naquela época?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Parece-me que somente três ou quatro Varas, além da Vara específica do Júri.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Uma primeira era do Júri acumulada com Execuções Criminais...

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Reafirmando o dito acima acredito que eram três ou quatro Varas. Porque tive a oportunidade de substituir Luís Claudio na 4ª Vara Criminal.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas, você, quando começou foi na terceira?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

A minha primeira designação, como dito anteriormente, foi para a 3ª Vara Criminal, cujo titular era Carlos Augusto Pingret de Carvalho.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Você teria, talvez, na memória condição de fazer

uma avaliação sobre o índice de criminalidade? Que tipo de crime ocorria mais?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Brasília, nessa época, era uma cidade meio inocente. Os grandes bandidos vinham de fora. Eu como juiz substituí Luiz Cláudio⁷, que era juiz da 4ª Vara Criminal, durante suas férias, e tive a oportunidade de ouvir e fazer os interrogatórios e julgar os processos de um grupo famoso aqui em Brasília, o grupo do “Sabonete”. O nome de um dos integrantes era Agildo ou algo parecido. Eram quatro ou cinco integrantes. Eles chegaram algemados (na época a carceragem era muito precária) então, disse ao Chefe da guarda que não interrogava réu com algemas. Ouviria os acusados sem algemas. Então, o sargento me alertou para o perigo da “turma” que iria ser ouvida. Era um risco. A audiência ocorreria no segundo ou terceiro andar, portanto, havia o risco da tentativa de fuga. Sustentei que não faria (embora reconhecesse o perigo). Então o líder desse grupo criminoso (que atendia pela alcunha de “Sabonete”) pediu para falar comigo. Eu disse, “Pois não”. O gabinete do juiz era contíguo à sala de audiência. Entrei lá com ele permanecendo o guarda na porta; o réu disse-me: “Doutor, eu ouvi suas palavras e acho que o senhor é um Juiz que sabe nos entender. É muito humilhante para nós sermos interrogados com algemas. Eu garanto por meus

7 Desembargador Luiz Cláudio de Almeida Abreu, então Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal de Brasília.

companheiros. Dou a minha palavra de que não acontecerá nada”. Eu disse: “Eu posso aceitar sua palavra?” Ele respondeu: “Sim, pode”. Chamei o guarda e determinei: “Tire as algemas dos acusados”. Eu os ouvi, sem algemas, até as 17h30min/18h00min. Quando faltava ouvir dois dos réus, o “Sabonete” disse: “Doutor quero falar com o senhor de novo”. Na oportunidade afirmou: “A partir desse momento eu não garanto mais. Se quiser pode botar algemas nos homens”.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Naquela época, eu me recordo, só chegavam algemados aqueles que eram considerados muito perigosos. Eu mesmo testemunhei um fato de um cidadão muito violento, algemado. A testemunha a ser ouvida era uma moça de compleição física muito prejudicada, baixinha, e tinha sido amante dele. Quando essa moça começou a contar os fatos, sabe o que ele fez? Pegou as algemas e colocou na ponta do vidro que estava sobre a mesa e fez esse movimento [levantou o vidro]. O vidro partiu. Ele imediatamente pegou um pedaço e se dirigiu para ela. A escolta que, segurando os dois, cada um em um braço – salvou a pobre da testemunha. Esse fato me calou muito. Aconteceu nessa época. Então, quem chegava algemado não era “à toa”, não. Era perigoso mesmo. Qual era o crime dele?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eram assaltos à mão armada. Roubo seguido de morte. Sei que em relação ao réu alcunhado de “Sabonete”, houve uma unificação de penas; fiz essa unificação, e ele estava com mais de cem anos. Para terminar a história, eu encerrei a audiência; eles foram recolhidos à carceragem e não vi mais esse pessoal.

Minhas passagens pelas Varas Criminais foram nessas duas oportunidades. Depois, eu fiquei numa Vara de Família durante 30 dias e também fui para o Juizado de Menores⁸, na época, por ocasião de um Congresso realizado na Costa Rica, e o (Juiz) José Manoel Coelho, que era o titular, tirou férias e fiquei trinta dias nesse juízo. Depois fui para a 2ª Vara Cível, como auxiliar do Romildo Bueno de Souza.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Ainda na jurisdição criminal, você se lembra de outro crime que tivesse tido alguma repercussão na imprensa?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Naquele tempo não havia Varas Especializadas e o que predominava eram acidentes de trânsito, tóxico (a qual não tinha Vara Especializada também) e assaltos, nestes normalmente incluía-se um dos integrantes do grupo que lhe falei anteriormente.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

A grande quantidade era furto.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Furtos, pequenos furtos... Sequestros não existiam naquela época, inclusive porque não havia caixa eletrônico em canto algum.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E Júri? Não estive?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Não estive. Fiz muitos júris, como advogado. Como juiz em Goiás, fiz um júri apenas na comarca de Caval-

cante. Eu trabalhei em Goiás em duas comarcas, Cavalcante, na qual eu passei cinco anos, e a última comarca eu já estava na fase final do concurso aqui, que era Goianira, que me deram quase que de presente como um estímulo para que eu não saísse de lá, acolheram meu pedido de remoção. Remoção, não foi promoção!

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

O Júri em uma cidade pequena assim era um acontecimento.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Realmente era um acontecimento. Na minha atuação como juiz no único júri que presidi, tratava-se de um caso de homicídio em que o Promotor pedia a absolvição.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Facilitou. Então foi titularizado na 2ª Vara Cível?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Na 3ª Vara Cível. Fui promovido para a 3ª Vara Cível em novembro de 1977.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Aliás, Queiroga, estou me lembrado de que aquela era uma época tão difícil – época realmente de início – basta dizer que a nova capital começou em 60. Não havia vinte anos ainda de Brasília. (Como) nossos juízes, eu também tomei posse e recebi a designação para trabalhar no dia seguinte em duas Varas. Eu sempre sustentei que o juiz tivesse orientação, um curso de formação, tivesse orientação de um juiz mais antigo, de um Desembargador... Mas nós não tínhamos nada disso. Desde

aquela época, eu percebi que o concurso aqui tinha de conquistar candidatos prontos para trabalhar. Não tinha outro jeito! Se não estivesse pronto não ia dar conta.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Inclusive, não sei se o Desembargador Hermenegildo se recorda, em 1997, eu já estava aposentado. Aposentei-me no dia primeiro de novembro de 1994. Como já havia explicado a Desembargadora Carmelita, eu me submeti a uma cirurgia cardíaca e, naquela época, quem podia realizá-la fora de Brasília fazia-o, porque esse tipo de intervenção cirúrgica era quase uma novidade aqui. Fui para São Paulo e realizei minha revascularização no Instituto Nacional do Coração – INCOR. Depois de aposentado, fui Diretor da Escola da Magistratura.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Verdade. Outra experiência. Certamente tem alguns fatos interessantes para nos contar, mas vamos terminar primeiro a Vara Cível.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eu tomei posse em novembro de 1977 como titular da 3ª Vara Cível de Brasília, que por sinal havia recebido, em redistribuição, uma grande carga de processos vindos da 2ª Vara Cível.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Qual a sua impressão sobre redistribuição?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Acho isso uma maldade. Redistribuição e processos que o juiz aposentado deixa para seus pares é uma judiação, uma coisa amarga. Mas todos nós estamos sujeitos a este infortúnio. Comigo aconteceu isso, e como se diz na gíria, “pato novo mergulha fundo”, portanto, tive de enfrentar o problema. Recebi a 3ª Vara Cível com um acervo de mais ou menos 5.000/5.500 processos em andamento. Havia os processos novos (que o cartório gostava de dar prioridade) e os processos antigos, que na minha impressão só se movimentavam quando provocado pelo advogado, porque a carga nova já era grande demais. Era muito grande. Eu exerci por doze anos a titularidade da 3ª Vara Cível sem nenhuma remoção.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Cartório tinha uma equipe boa?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Uma equipe boa, bem treinada.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Quantos? Qual a quantidade de servidores?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Oito ou dez funcionários na época. Procurei dar orientação, nessa época já tinha certa experiência acumulada desde Goiás. Abracei com todo entusiasmo aquele desafio. Era realmente um desafio ser titular de uma Vara já sobrecarregada como era a 3ª Vara Cível.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Sobrecarregada já na chegada. E o que chegava de 'novo' também já era muito. Quantas audiências você fazia por dia?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eu selecionava por assunto, quando a coisa era simples, eu fazia duas, três audiências, em média. Por exemplo, acidente de trânsito, não tinha problema. Os casos mais complicados em que havia provas a serem produzidas em audiência, eu marcava uma por dia por que; não tinha condições de agendar outras. Muitas vezes, saía da Vara depois das 19h00 horas. Era tão pesado [o trabalho] que um auxiliar, que “batia” as audiências (não me recordo o nome dele no momento), aprontou uma coisa engraçada. Como eu tinha problemas cardíacos na família (havia perdido dois irmãos de infarto), sempre conservava um vidrinho de Isordil Sublingual dentro da gaveta da mesa de audiência. Certa vez eu disse para o meu datilógrafo: “Se um dia, por acaso, eu passar mal, esse remédio aqui é para você me entregar na mão”. Quando foi um belo dia, eu cheguei para audiência, o vidrinho estava em cima do balcão, no meu lugar. Em vez de estar na gaveta, estava em cima do balcão. Eu disse: “O que foi isso aqui?” O funcionário respondeu: “Doutor, hoje a audiência é pesada!”

Tive grandes Juízes Auxiliares. Honrou-me sobremaneira, inclusive, ter como Juíza Substituta a hoje Vice-Presidente desse Egrégio Tribunal, a eminente Desembargadora Carmelita Indiano Americano do Brasil Dias (entre outros, cujos nomes não relaciono para não incorrer no pecado da omissão).

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Permita-me chamá-lo de Queiroga, porque você além de ser um colega brilhante, antigo, você foi também meu vizinho de porta. Nós temos um relacionamento muito amistoso, muito próximo. Trabalhamos na banca de concurso para Juiz Substituto. Eu sempre me preocupei muito com a agilidade da justiça, porque a única crítica séria que se faz à Justiça é a de morosidade. Essa crítica é difícil responder, porque realmente as coisas não se passam com a velocidade que deveriam. Então, tente fazer um retrato da agilidade nas Varas Cíveis naquela época.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

O desenvolver do trabalho de um juiz cível, na época, exigia dele muito esforço. Primeiro, para não deixar acumular muito processo, aumentar o acervo. Eu mesmo adotava um sistema, nos casos simples, de não levar para casa processo concluso. Eu dava sentença, muita vez, em audiência. Estudava o processo na véspera e dava sentença em audiência. Seria um modo de apressar. Talvez uma maneira perigosa de exercer sua atividade de juiz, porque em um relance você pode descuidar de uma prova e, eventualmente, até cometer uma injustiça. Eu me recordo que, na nossa quadra, a 313 da Asa Sul, eu tinha o hábito de fazer uma caminhada cedo, antes do café da manhã, e recuperava, na minha caminhada, os atos que praticara no dia anterior e não foi uma vez, nem duas, que, caminhando, recompunha a audiência do dia anterior, e batia na minha cabeça: “Eu errei! Aquela sentença não era para ser daquele jeito”. E ficava torcendo para que a parte sucumbente recorresse daquela decisão. Então, dar sentença em audiência seria o ideal se houvesse preparação adequada para aquele processo.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Tem razão. Mas vou dar outro testemunho para você. Quando eu estive na Vice-Presidência do Tribunal, naquela época tínhamos só uma Vice-Presidência, eu mandei verificar e havia muitos processos conclusos para sentença. Nós havíamos terminado um concurso e tínhamos vinte ou trinta juízes e trezentos processos conclusos para sentença.

Peguei um grupo de juízes que tomou posse e distribuímos 30 processos para cada um. Era um mutirão, o chamado mutirão. A primeira coisa que eles fizeram nesse mutirão de justiça foi dar sentença nesses processos para colocar aquelas Varas Cíveis, ao menos no que tange aos processos conclusos para sentença, em dia. E conseguimos. Não foram todos no primeiro mês, demorou trinta dias, depois proroguei um pouco mais. Sei que os trezentos foram sentenciados. Não é que os colegas não estivessem trabalhando. Estavam trabalhando muito. Era insuperável. É uma carga que se sobrepõe as forças físicas do juiz. Então fiz isso naquela época e verifiquei que algumas colegas faziam bastantes sentenças em audiência. Além do risco de um pequeno equívoco, não davam conta.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Exatamente. E naquela época nós não contávamos com o computador. Quando chegou a máquina de escrever elétrica já foi um avanço. As máquinas eram manuais.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

O seu tempo todo de Vara Cível foi com máquina manual?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Manual.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E a jurisprudência? Tinha um fichário?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

A Jurisprudência era o seguinte: cada juiz, na minha época, guardava cópia de suas sentenças. Se você se lembrasse de algum caso similar ao que estava julgando, você socorria daqueles elementos porque não existiam arquivos à nossa pronta disposição.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu montei um arquivo meu. Quando eu vim para o Tribunal eu trouxe o meu arquivo que eram umas fichas em que eu anotava as coisas que eu pegava no Diário de Justiça.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Hoje, nesse aspecto, é muito mais simples. Há uma estrutura tecnológica, como se diz, de última geração. Outra coisa, muitas vezes eu bati minhas sentenças. E tinha de deixar cópias para o processo, para o livro de sentença e mais uma para meu arquivo pessoal. Tinha de usar carbono e utilizar, no caso de erros, aqueles papezinhos, para a correção, cuidando para não passar borrão para as demais cópias. Era exaustiva a operação.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Se não me lembro foi o Desembargador Natanael Caetano Fernandes que contou que em Goiás ele ditava a sentença, mas o escrevente errava tanto que ele resolveu parar: “Eu mesmo vou datilografar”. Era a única maneira de sair a sentença.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Em Cavalcante, eu mesmo datilografava as minhas sentenças. Aqui, eu tinha uma secretária que datilografava a audiência. A título de complementação o nome do funcionário citado anteriormente é Efraim, o do vidro de Isordil. No Tribunal por ocasião de minha primeira convocação, contemporânea à sua, também tinha a incumbência de datilografar minhas decisões.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu vim em 1987.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eu vim (convocado para o Tribunal) em fevereiro de 1987. Se não me engano, os três primeiros convocados foram Hermenegildo Gonçalves, Simão Guimarães e eu. Naquela época, não tínhamos apoio nenhum. Não tínhamos assessoria nenhuma e no início nem auxiliar (na Vara) nós tínhamos.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Não tínhamos nada. Só tínhamos direito a pegar o processo.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Por exemplo, em fevereiro de 1987, fui substituir Waldir Meuren (que estava doente) e herdei logo de cara

120 processos criminais! Comecei, em vez do zero, com 120 processos. Não era brincadeira.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Hoje eu não sei. Mas sei de muitas histórias dessas de pessoas que ingressaram e herdaram até mais. Uma herança grande que obrigava a trabalhar nos finais de semana, sábado e domingo, para desfazer aquela herança. Era a única maneira.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Não culpo o magistrado que se aposenta (e deixa processos para serem redistribuídos). Quando um magistrado se aposenta e deixa um número considerável de processos, é porque ele não teve condições de fazer aquele julgamento. Isso acontece com muitos. Na minha aposentadoria aconteceu o seguinte: eu me submeti a uma cirurgia em agosto de 1993 e estava impressionado porque o médico me impôs pelo menos sessenta dias de repouso. Cumprido o período, consultei o Dr. Glycon Cardoso (hoje Secretário de Saúde do Tribunal), que disse: “Você não pode voltar. Por agora, não. Vai esperar mais”. Eu estava sem receber distribuição; aproveitei esse período para julgar meus processos. Fiz um inventário no meu gabinete nesse período e tinha 680 processos conclusos para relatório e voto (durante este período de licença médica e de licença prêmio, em que não recebia novas distribuições, julguei praticamente todos os meus processos pautados, com exceção de cinco, cujas publicações ocorreram após o ato de concessão de minha aposentadoria).

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Você se lembra de algum caso que lhe chamou mais atenção nessa época [de convocação]?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Houve tantos. Talvez você até saiba.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu tive um episódio, que já contei, do caso Mário Eugênio. Eu era substituto, nessa mesma época, e me lembro que o carrinho chegou com o processo. Falei: “Mas que história é essa?! São muitos processos?!” Ele: “Não, senhor, é um só. Tem 23 anexos.” Lembro-me porque é diferente. Chama atenção.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Aliás, Hermenegildo, em uma análise superficial, na verdade, o grande magistrado é o juiz de primeiro grau. É o magistrado que se debruça diante da prova. Ele aplica naquele processo todo seu empenho, sua alma até, porque é quem primeiro analisa o processo. Não estou desmerecendo o segundo grau, nem as instâncias superiores.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Julga sozinho.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

O ato de julgar é um ato solitário. O juiz por si só é um ser solitário. Tanto que você pode observar, os amigos

de magistrados são magistrados! Não que ele se sinta tão importante que não possa ser amigo de um advogado, de um engenheiro. Há sim, mas a sua aproximação maior é com outro magistrado. O ato de julgar é um ato que eu defino como de profunda solidão. É um ato em que você compromete seus estímulos, sua capacidade, seu esforço. Sua alma, enfim.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E quando vem para o Tribunal já vem para um julgamento coletivo.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eu me lembro da primeira instância de dois casos que repercutiram muito aqui. Um era de um cidadão que estava acionando um banco para anular uma escritura pública de confissão de dívida feita perante a instituição financeira. Por quê? Ele efetivamente estava sendo acusado pelo banco de ter subtraído valores da agência bancária, invadido contas, apropriando-se de valores. Mas a ação cível não tinha nada haver com a acusação que ele estava enfrentando. Ele estava pretendendo anular a escritura porque ele foi levado à força para o interior do banco, à noite, com advogado, e com a presença de um notário para fazer uma escritura pública de confissão de dívida, dando em pagamento a quantia que o banco alegava que teria sido retirada indevidamente (dação em pagamento).

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Cenário muito suspeito...

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Muito. A mulher dele (do bancário) foi trazida para o banco, de casa para assinar a escritura.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E por falar nisso, você fez plantão, Queiroga?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Fiz. Duas ou três vezes. Mas já volto nesse caso. Então, eu julguei esse caso e anulei a sentença. Essa sentença, encaminhei inclusive para o Ministério Público porque havia a presença de um crime, coação. A sentença foi julgada em nosso Tribunal e foi até objeto de embargos infringentes e teve um voto muito brilhante do Desembargador Cernicchiaro, sustentando a tese que eu defendia. Esse processo chegou até o Supremo.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Isso já aqui no Tribunal?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Aqui. Houve outro caso interessante que tive como Juiz da 3ª Vara Cível foi uma ação de indenização de uma viúva, cujo marido teria sido assassinado na garagem do prédio. Ela entrou com uma ação contra o condomínio, porque, na convenção deste, havia a previsão de Responsabilidade Civil pelos danos e ocorrências no interior do prédio. Eu julguei essa ação procedente e o Tribunal confirmou. Chamou muito atenção. Era uma quadra das duzentos da asa sul. O porteiro assassinou o condômino dentro da garagem. Então, entendi que havia aí o culpa in eligendo e culpa in vigilando. Tanto que há pouco tempo, o Desembargador Carlos Augusto Farias estava me lembrando, os condomínios, desde aquela época, tendo

conhecimento dessa decisão, procuravam excluir de suas convenções esta responsabilidade.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Isentando-se [de responsabilidade].

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Isentando-se. Essa palavra é muito pesada.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Mas conte-me alguma coisa dos plantões.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Sim. Naquela época eu morava na quadra 107 da Asa Sul (minha primeira moradia aqui em Brasília) e estava de plantão, em casa, não era no Tribunal. Um belo dia de domingo, encontrava-me de plantão, ao alcance por telefone, quando chegou um sargento com um cidadão preso em flagrante por homicídio para me apresentar. Eu disse para ele: "O que é isso? Tem de recolher à Delegacia". Ao juiz deve ser feita a comunicação por escrito. Mas naquela época era na improvisação. Até a Polícia improvisava.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu me lembro que ficamos no final do ano (não sei se foi o primeiro ano, acho que foi) de plantão eu e o Desembargador Simão. Fomos designados nós dois para o plantão de final do ano. O Simão falou para mim: "Vamos dividir as tarefas?" Eu digo: "Vamos, vamos dividir". Ele falou para mim: "Eu fico com a parte criminal e você fica com o Cível". Eu digo: "E o que é Cível?" Ele: "É tudo que não for criminal". (risos)

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Há pouco tempo atrás você falou que o juiz “novo” enfrenta essas dificuldades das surpresas, do gigante que se defronta perante ele que é o exercício da magistratura. Em 1997, quando fui Diretor da Escola da Magistratura, as nomeações eram feitas pelo próprio Tribunal. Havia uma eleição. Depois, mudou o sistema, quando eu já estava aposentado. Mas, constava do regimento, ou do Tribunal ou da AMAGIS que o juiz, o associado, escolhido para ser diretor da Escola, teria de passar pelo crivo do Tribunal. O Tribunal referendava e eu fui o último juiz referendado pelo Tribunal. Eu me recordo, na época em que eu assumi, havia se concluído um concurso, já com as nomeações feitas e nós promovemos, então, a primeira semana de treinamento do juiz. Então, eu abri a semana e fiz a primeira aula para os juízes. Trouxe até cópia desta aula.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Esse documento se você puder entregar uma cópia (para o Memorial), porque é um documento histórico e é o início da formação de juízes no Distrito Federal. Não havia nada disso.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Nessa aula eu apontava os caminhos. Quais os caminhos? Entendia que a Escola Superior da Magistratura era o instrumento adequado para fazer esse treinamento porque ninguém nasce sabendo ser juiz, aprende-se a ser juiz.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Muitos chegavam com um bom histórico, um bom conhecimento teórico, mas não sabiam despachar. Então, enfrentavam, na hora de dar um despacho simples, grande dificuldade. Nessa área, acredito, o Tribunal caminhou muito, fez um grande avanço. Mas, ainda resta, ainda tem de caminhar mais, pois temos de compreender que a tarefa de julgar é muito difícil e o dia a dia é muito diferente. Então, nós vemos alguns colegas que passam o chamado período de vitaliciamento⁹, sem estar inteiramente pronto. Essa área precisa de investimento.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Nós dois já tivemos oportunidade no passado de conversarmos sobre o estágio probatório. Não sei se você se recorda. Eu dizia que estávamos olhando com muita leveza o estágio probatório, porque esse estágio é exatamente a oportunidade que o Tribunal tem de saber se o juiz tem condições de vitaliciamento. E dizia ainda mais: “O juiz que está dando trabalho hoje vai ser colega do Desembargador futuramente”. Na minha época, por exemplo, o estágio probatório era muito superficial. Havia uma avaliação do juiz da Vara... apenas.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E o quê chegava aqui? A Corregedoria não tinha nada sobre isso. Então, no Plenário o processo [de vitaliciamento] era distribuído para o colega e ele: “Eu não tenho elemento”. Perguntava ao Corregedor: “Há alguma

9 Período do estágio probatório para os juízes de carreira.

coisa? Alguma informação?" "Não tenho informação nenhuma". Então, aprovo [o vitaliciamento]. Realmente não havia outra solução.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Esse é um tema muito delicado. Ainda mais para a Escola da Magistratura que poderia ser o instrumento, talvez o mecanismo mais eficaz para fazer a iniciação do juiz, acompanhando-o de perto suas angústias.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

A grande dificuldade aqui é que não temos interior, então precisa de uma pessoa que entre já formada ou pelo menos com uma boa bagagem. Por isso, o concurso tem de ser exigente. Você trabalhou em concurso conosco?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

○ Concurso tem de ser exigente. Particpei de pelo menos duas bancas. Era até seu revisor em Processo Penal e você era o meu revisor em Direito Penal.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Eu trabalhei várias vezes. Acho que trabalhei até demais.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Num desses concursos até funcionou na banca, como representante da Ordem dos Advogados, o doutor José Guilherme Vilella¹⁰.

¹⁰ Jurista e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, entre 1980 e 1986, foi encontrado morto, junto com a esposa e a empregada, em agosto de 2009, no apartamento em que morava na Asa Sul.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

José Guilherme Vilella, um colega de muita qualidade, muita competência. Trabalhou conosco. Infelizmente morreu de forma violenta.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Muita qualidade. Era um homem pacífico e chegou a ser advogado da Associação de Magistrado. Lembro-me até das sustentações orais que ele fez.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Desembargador Queiroga, penso que estamos sendo premiados hoje com uma contribuição muito valiosa para o Tribunal. Essas coisas, dizíamos: os colegas que passam pela administração têm um retrato na galeria ou de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor. Mas os colegas que não passaram pela administração, não deixavam nada. Imaginamos que esse Projeto pudesse resgatar essa contribuição preciosa, contribuição grandiosa, e que certamente ficará para gerações futuras para que eles compreendam as dificuldades que tivemos para trazer a Justiça do Distrito Federal a este patamar. E que eles possam no futuro melhorar e levar a um nível mais elevado é o que nós esperamos. Eu queria pedir ao colega para se tiver mais algum ponto para complementar.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Eu gostaria de ressaltar um ponto que acho muito importante para o Tribunal, agora lembrado pela Desembargadora Carmelita, relacionado com minha passagem como juiz de Cavalcante. Eu não sabia nem como chegar à comarca porque nesse tempo nem carro eu tinha. Eu fiquei sabendo que teria de vir a Brasília, [pois]

havia um ônibus que saía às seis horas da tarde todos os dias para Taguatinga do Norte e que passava pela minha comarca. Tive muita dificuldade de assimilar essa situação. No prazo que eu tinha à minha disposição para assumir o exercício (porque a posse foi coletiva e, em vez de o Tribunal de Goiás dar posse coletiva e exercício ao mesmo tempo, não, dava posse e [para o exercício] havia pessoas que iam para uma comarca a 800 km de Goiânia. Havia um avião esperando para levá-los para assinar um termo chamado 'Termo de Assunção de Exercício', que era um livro guardado no cartório de primeiro ofício das comarcas, no qual o juiz lavrava o termo e assinava). Então, o Prefeito da cidade sabendo e vendo a necessidade de um juiz foi a Anápolis se encontrar comigo, conhecer-me, e colocar à minha disposição um avião de uma missão evangélica que cobria aquela área toda de Cavalcante, Arrais, Taguatinga do Norte, etc...

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Era norte de Goiás.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Norte de Goiás.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Hoje pertence ao Tocantins?

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Não. Cavalcante hoje ainda pertence a Goiás.

○ piloto era

um pastor protestante, pastor evangélico, homem muito respeitado, muito gentil e se propôs a me dar carona e a me levar para Cavalcante. Ele acertou com o prefeito e combinou comigo por telefone. Eu não o conhecia. Eu vim para Brasília, com minha mulher, para tomar o avião. Antes de subir, antes de decolar, ele fez uma oração, acompanhei a oração dele, e fomos. Uma hora e meia de Brasília até Cavalcante. Quase duas horas. Era um monomotor. Falamos sobre a região na qual ele era pastor há muito tempo e tal. Eu na frente com ele e minha mulher, Wilzy, atrás. Quando ele disse "Já estamos chegando" e eu vi aquele casario em plena Copa do Mundo de 1970, de telhados brancos, de telha branca, o barro era muito branco, apertou-me o coração, então pensei: "Vou ficar numa cidade desse tamanho?" Aí eu perguntei para ele: "Pastor, o senhor volta da sua missão quando? Vai voltar por Cavalcante?" Ele: "Você. Daqui três dias eu volto para Cavalcante". Eu disse: "Eu vou voltar com o senhor". A minha mulher, Wilzy, não falou nada. Quando nós descemos no campo de pouso, estavam o grupo escolar perfilado, o prefeito, os funcionários do cartório todos para receber o juiz. Não tinha casa para o juiz, nós íamos para um hotel. Quando chegamos ao hotel, minha mulher disse: "Eu ouvi aquela conversa sua. Não faça isso não. Não volte agora não. Você vai assumir sua comarca hoje... Eu vim para ficar com você aqui". Realmente, eu passei trinta dias (durante quase toda Copa do Mundo) em Cavalcante, ouvindo o jogo pelo rádio, porque não havia televisão. São episódios isolados, podem ser até pitorescos, mas foi um estímulo que recebi que correspondia realmente ao que deveria ser. Não era possível eu assumir e ir embora. Eu tinha que ver alguns processos. Gostei do povo, povo muito ordeiro. Houve uma empatia muito

grande entre mim e os meus jurisdicionados. Eu me tornei o juiz, tornei-me o conselheiro. Tudo. Retomando aquela sua pergunta anterior, a promoção por merecimento nos Tribunais.

No ano passado, eu frequentei umas sessões do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para acompanhar um processo de um Juiz do Trabalho do meu estado (Paraíba), filho de um grande amigo meu que entrava pela segunda vez numa lista de merecimento e o (juiz) que estava em segundo lugar também pela segunda vez, e o terceiro colocado era a primeira vez, sendo este nomeado. Ele entrou com um procedimento, não é uma reclamação, tem um nome próprio, um procedimento administrativo com uma rubrica própria no CNJ.

Na oportunidade defendi (em sustentação oral) que o CNJ tinha uma resolução que limitava a liberdade de escolha de quem iria nomear (normalmente, o Presidente do Tribunal), porque a lista tríplice é composta pelos juízes mais votados, mas se observam os critérios de pontuação cabendo ao Presidente da Corte tão somente nomear o candidato mais pontuado. Assim, haveria uma limitação ao poder discricionário do Tribunal. Sustentei que a lei e a Constituição estabelecem critérios objetivos para escolha por merecimento. Então, penso que as listas de merecimento devem ser votadas com muito critério, muito cuidado pelos Tribunais. Eu mesmo entrei em duas listas de merecimento, uma vez em segundo lugar, outra vez em terceiro lugar; na vez que figurei em segundo lugar, Minervino ocupou o primeiro (configuração da lista: Minervino, eu e Jerônimo). Na época a presidente do Tribunal era a Desembargadora Maria Thereza de Braga Haynes. Eu e Jerônimo decidimos ir ao gabinete da Desembargadora Presidente para dizer que não tínhamos interesse na nomeação. Que ela se

sentisse à vontade para nomear o juiz situado em primeiro lugar (Edmundo Minervino Dias).

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

É uma atitude muito elogiável, mas ela não é frequente porque algumas pessoas entendem que se estão na lista é porque merecem ser escolhidos. Não abrem mão. Enfim, esse é um problema da carreira. É um problema de muitos colegas, um problema que às vezes até marca o colega. Enfim, penso que em última análise é um problema de legislação, de normatização.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Existe uma norma expressa na Constituição que prevê a nomeação do juiz que figure por três vezes seguidas ou por cinco alternadas determinando sua nomeação obrigatoriamente. A norma em comento evita esse problema de frequência eterna em lista de merecimento. Eu digo isso porque a lista de merecimento cria uma expectativa (às vezes) muito desagradável para o juiz.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

E marca alguns.

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

Marca alguns ao ponto de se dizer no passado (no glossário dos magistrados) que há dois tipos de juízes, “um que trabalha e outro que é promovido por merecimento”. Não estou criticando absolutamente ninguém. Mas penso que o Tribunal tem de se posicionar de maneira bem firme porque evita uma frustração muito grande na carreira do magistrado. Eu tive a felicidade de ser promovido duas vezes por antiguidade.

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Desembargador Queiroga, eu penso que a entrevista foi muito proveitosa. Brasília ainda é uma cidade nova. Brasília tem cinquenta e poucos anos, não sei se minha matemática está boa [risos]. Mas o fato é que é uma cidade muito nova e as pessoas (como o colega que veio para cá no início de 1970) podem ser consideradas uma espécie de “bandeirante da justiça” na Capital da República. Foi uma época difícil. Época de sacrifício, época de pouco apoio, pouco recurso material e humano. Tenho certeza que esse depoimento vai contribuir e as gerações futuras poderão refletir e meditar sobre as palavras que acabou de dizer. Eu pessoalmente agradeço. Muito obrigado.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

05/09/2014

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

ENTREVISTADOR

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

TRANSCRIÇÃO

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

REVISÃO

Desembargador Deocleciano Elias de Queiroga

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR
DEOCLECIANO ELIAS
DE QUEIROGA

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT